

MARQUES, Rosa Maria & FERREIRA, Mariana Ribeiro Jensen. *O Brasil sob a nova ordem. A economia brasileira contemporânea. Uma análise dos governos Collor a Lula*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2010.

Em capítulo que inaugura “O Brasil sob a nova ordem”, Rosa Maria Marques aponta que as diferentes contribuições presentes neste livro objetivam compreender as especificidades do Brasil nos quadros da “mundialização do capital”, processo que atingiu mais diretamente as periferias, e especialmente o Brasil, nos anos noventa e desnudou a face mais perversa do capital financeiro: o capital fictício. Este processo, incorporado de fora para dentro nos quadros do “Consenso de Washington”, com a anuência das burguesias nacionais, redefiniu a correlação interna de forças políticas e desencadeou uma série de transformações econômicas, culturais e sociais, bem como o próprio reescalonamento do papel do estado na economia brasileira. Como bem podemos notar neste esforço conjunto de pesquisa, os centros internos de decisão, ainda em busca de afirmação nas periferias, foram solapados pela redefinição das estratégias globais na segunda metade dos anos setenta, redundando em absoluta perda de autonomia dos projetos nacionais.

O livro, em minha ótica, possui três méritos indiscutíveis. O primeiro se refere à exitosa tentativa de ser didático, uma vez que pensado para o grande público; é também acompanhado por material de apoio, demonstrando a preocupação dos autores em atingir e difundir suas interpretações da economia brasileira contemporânea à luz da teoria marxista do dinheiro e do valor (mas não somente). Assim, cai por terra a falácia de que uma abordagem crítica da realidade estaria circunscrita ao debate acadêmico travado apenas nas Universidades brasileiras, e, dentro destas instituições, por um grupo muito restrito. Há que se ter a sensibilidade de perceber que neste momento de crise do capitalismo a sociedade em seu conjunto clama por uma explicação lógica e consistente dos fenômenos, alargando assim o campo de debate, a despeito daqueles que pensam que o exercício da crítica já morreu.

O segundo é o fato de o livro ser fruto de um trabalho coletivo desenvolvido por professores e alunos, dentro de seus respectivos esforços de pesquisa. Até aí nenhuma novidade, pois hoje, mesmo nas ciências humanas e sociais aplicadas, áreas em tese mais herméticas, se verifica a existência de grupos de pesquisa e investigações conjuntas; novo neste livro é o fato de os “aprendizes” assinarem os artigos juntamente com seus orientadores, fato raro em tempos de regras de produtividade muito rígidas. Neste ponto, a lealdade dos organizadores para com a produção do conhecimento é notável, dando-se os méritos a quem os merece de fato.

O terceiro mérito se refere à nossa dificuldade de compreendermos o nosso tempo – tempo estranho –, pois nos está disponível um oceano de informações com a profundidade de nossas canelas. Tem-se, assim, a sensação de que as interpretações estruturais e totalizantes – essas sim as mais instigantes – caíram por terra ou simplesmente não fazem mais sentido. A tentativa *d'O Brasil sob a nova ordem* é justamente suplantar esta sensação: a despeito destas características propaladas por uma imprensa comprometida com os interesses do grande capital financeiro internacional, como sugere o jornalista Jorge Felix num dos artigos que compõem o livro, a tarefa é observar o fenômeno da mundialização e seus efeitos sobre o Brasil numa perspectiva diferenciada daquela utilizada pelos “apressados”, que possuem fonte, mas não formação. A estes, cabe a feliz metáfora de Fernand Braudel, para quem “os fatos são como areia: são muitos e nos cegam”. No mesmo sentido, José Saramago, em “Ensaio sobre a cegueira”, a meu ver um dos mestres da teoria da alienação, escreve que “todos nós somos cegos no que se refere ao fundamental”.

Por detrás das areias das mil e uma notícias veiculadas cotidianamente, a obra tem o objetivo de perceber os limites, as possibilidades e as especificidades brasileiras de Collor a Lula no quadro de reforço das hierarquias mundiais ocorrido nas últimas décadas. Perdemos autonomia, é fato. O reformismo desenvolvimentista perdeu terreno, bem como o socialismo. A possibilidade de construção de um centro interno de decisões vai se esvaindo sucessivamente a cada crise especulativa, e foram muitas. O modelo pós-liberalização prevê baixo crescimento, altíssimo grau de endividamento externo e interno, sendo daí decorrente o aumento de nossa vulnerabilidade, derretimento de nossa já problemática seguridade social, deterioração do emprego e salários (*low-wages capitalism*), altas taxas de juros e um compromisso tácito com a recessão (num regime de baixa acumulação e altos lucros). Nas palavras de Rosa Marques: “a dominância do capital fictício – a face mais perversa do capital financeiro – sobre o capitalismo, envolve a imposição de uma lógica de curto prazo às empresas industriais e comerciais, deprimindo o investimento”. Não se trata aqui de eleger a face “boa” ou “má” do capitalismo, ainda com a autora, mas de assinalar que o capital financeiro, ao lado do capital produtivo, tem agido de forma imbricada e coesa, mantendo alta rentabilidade a despeito da exclusão de parcela significativa da população mundial. Tal ordem nos impõe uma visão de curto prazo sobre a própria vida, típica de uma sociedade à deriva.

Em se falando sobre a vida, é interessante notar como a lógica da financeirização vai aos poucos se impregnando e dominando nosso dia a dia na medida em que toma de assalto o sistema financeiro nacional, e daí o crédito. A grande discussão no âmbito do PROER e PROES era justamente esta: quem seriam

os ganhadores? Evidentemente, os sucessivos governos brasileiros – conforme salientaram Paulo Nakatani e Maurício Sabadini em artigo que assinam conjuntamente – criaram os instrumentos para uma centralização de capitais sem precedentes em nossa história, centralização esta que possibilitou o paradoxo da aquisição de lucros mesmo antes da produção de valor, via endividamento crescente das famílias brasileiras, cada vez mais dependentes desta lógica.

O Estado por sua vez, como demonstra Mariana Ferreira, elegeu, além dos ganhadores deste processo, as prioridades de gasto, sendo a rolagem da dívida pública (interna e externa) considerada intocável pelos sucessivos governos de vocação neoliberal. O mercado financeiro, por sua vez, como demonstra a crise atual, reclama pela participação dos Estados em seus momentos de *débâcle*, de modo que quando nos referimos à financeirização, referimo-nos a uma totalidade que enlaça famílias, Estados e mercados (daí importância fundamental desta obra). Todos vivem no curto prazo, chancelando este estado de coisas a cada emissão de títulos públicos por parte dos governos ou empréstimos pessoais por parte das famílias, com a captação de créditos que entram na forma de cheque especial, hipotecas e cartões rotativos.

Talvez justamente neste fator resida a maior força da financeirização. Todos nós compartilhamos e damos vazão aos desígnios da mundialização financeira. Ao leitor comum, fica o alerta de que *O Brasil sob a nova ordem*, livro que ora apresento, não trata de um tema estranho e distante ao seu cotidiano, mas sim das diretrizes fundamentais que condicionam sua existência nesta época tão medíocre.

Nesta perspectiva da totalidade sistêmica, à luz da teoria marxista (mas não somente), o livro aborda ainda os temas da Previdência Social (hoje o ativo administrado pelas EFPC alcançam mais de 16% do PIB), da questão agrária (em artigo que traça instigante histórico sobre as leis e propostas de reforma agrária – os pequenos “sustos” dados nas oligarquias agrícolas em diferentes momentos), dos programas de desestatização (em aberto processo de privatização do espaço público), das fusões e aquisições (ou concentração e centralização de capitais), das relações de trabalho (fragilizadas, fragmentadas e “flexíveis” num claro eufemismo), da saúde pública (onde a erosão da cidadania se demonstra da forma mais cristalina possível), dos programas de transferência de renda (a saída proposta frente à nova pobreza), das políticas de educação (que assim como todo o conjunto de gastos sociais do governo, sempre fica em xeque a cada crise econômica) e da imprensa (apressada). Boa leitura.

Rogério Naques Faleiros
Professor Adjunto Departamento de Economia
Universidade Federal do Espírito Santo